

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

NOVOS PROTESTOS EM SÃO PAULO E SEUL

NOVA CULTURA DE PERFORMANCE

Hwajeong Lee

Abril de 2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob orientação do Prof. Dr. Dennis de Oliveira

NOVOS PROTESTOS EM SÃO PAULO E SEUL:

NOVA CULTURA DE PERFORMANCE

Hwajeong Lee

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão comparativa sobre o uso dos protestos em duas megalópoles - São Paulo e Seul - no decorrer dos últimos anos. Para tal, é necessário examinar as especificidades e transformações dos protestos em grandes praças e avenidas, símbolos do espaço público urbano, no Brasil e na Coreia do Sul, e a forma como hoje ocorrem. Os dados coletados advêm de mídias digitais, artigos acadêmicos e observação participante. As conclusões demonstram que tais protestos inauguram um ciclo de lutas sociais com significados e agentes distintos, que, através de mecanismos também contemporâneos, constroem novas lógicas de ação coletiva.

Palavras-chave: performance, protestos Brasil, movimentos sociais, espaço público urbano, São Paulo, Coreia do Sul, Seul

ABSTRACT

This paper compares recent protests in two megacities - Sao Paulo and Seoul - in order to reflect on their similarities and differences. Therefore, it examines the protests' specificities and transformations and their use of large public spaces, which have become symbols of collective action in Brazil and Korea. The paper uses data collected from digital media, academic articles and participant observation. The conclusions show that these protests inaugurate a cycle of social struggles with distinctive meanings and agents, that, through the development of new instruments of mobilization and arrangement, creates new methods and rationalities of collective action.

Key words: performance, protests, social movements, urban public space, Brazil,

Sao Paulo, South Korea, Seoul

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión comparativa sobre el uso de las protestas y protestas en dos grandes ciudades - Sao Paulo y Seúl - en los últimos años. Por lo tanto, es necesario examinar las características y transformaciones del protestos en las grandes plazas y avenidas, símbolos del espacio público urbano, en Brasil y Corea del Sur, y cómo se producen hoy en día. Los datos recogidos provienen de los medios digitales, artículos académicos y observación participante. Los resultados demuestran que este tipo de protestas inauguran un ciclo de luchas sociales con significados y agentes distintos que, a través de mecanismos también contemporáneos, construyen una nueva lógica de la acción colectiva.

Palabras clave: espacio público urbano, performance, movimientos sociales, protestas, Brasil, Sao Paulo, Corea del Sur, Seúl

Introdução

São Paulo e Seul são, hoje, as cidades mais populosas, respectivamente, do Brasil e da Coreia do Sul, megalópoles onde estão estabelecidas as maiores empresas e instituições financeiras dos dois países, com populações respectivas de 12 e 10 milhões de habitantes, à parte de outras milhões de pessoas que circulam diariamente advindas de cidades satélites nas proximidades. Na última década, os dois locais têm sido palco frequente de protestos capazes de reunir multidões, que, organizados através de redes sociais, agrupam-se nas maiores praças e avenidas das duas cidades.

Em junho de 2013, os protestos contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo adquiriram dimensões surpreendentes, revelando que algo novo ainda incerto acontecia. Os protestos mobilizaram milhões de pessoas, obrigando à revogação do aumento e ameaçando grandes eventos esportivos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Desde então, as mobilizações persistiram, organizadas em torno das eleições presidenciais, em 2014; em torno da possibilidade (posteriormente confirmada) de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2015 e 2016; em torno de reformas trabalhistas e outras reformas propostas pelo ex-Vice Presidente e atual chefe de Estado Michel Temer, em 2017; e periodicamente em torno de outras pautas reivindicadas por movimentos feministas e identitários, e continuam a

tomar os mesmos espaços públicos de outrora, confirmando que os novos grandes protestos são, de fato, uma das principais ferramentas de mobilização política no Brasil atual.

Em 2002, 2004, 2008 e 2014 em Seul, grandes praças foram tomadas por estudantes e mulheres. Com milhares de velas acesas, adolescentes antes conhecidos pela falta de engajamento político, justificada pela demanda intensa de estudo e competitividade acadêmica, surpreenderam a sociedade coreana ao se organizarem pela internet e levaram homens e mulheres de todas as idades, muitas vezes famílias inteiras, à praça pública, onde aconteciam concertos musicais e atividades culturais, episódios conhecidos como “*Candlelight Protests*”. Os “protestos à luz de velas” começaram sem nenhuma declaração formal ou liderança, em 2008 (o ano de maior adesão e impacto) motivados pela importação de carne americana, mas rapidamente transformaram as demandas em questões mais amplas de participação e acesso. De acordo com Hong (2009), há uma lei na Coreia que proíbe protestos a céu aberto após o pôr-do-sol, e por isso os protestos surgiram como “festival cultural à luz de velas”, a fim de evitar a ilegalidade. Em 2015, 2016 e 2017, o mandato e, posteriormente, o impeachment da presidenta Park Geun-hye levaram mais uma vez milhões às grandes avenidas e praças para protestarem contra ao a favor do processo, a ponto de instalarem estruturas temporárias que abrigassem as atividades culturais dos protestantes durante o inverno.

A partir do cenário descrito, o presente trabalho procura discutir comparativamente algumas questões relevantes: 1) o espaço público urbano como arena de disputa, encontro e formação essencial para a construção simbólica da mobilização sociopolítica contemporânea, 2) a organização virtual deslocalizada como espaço de compartilhamento, que, somado à descrença na política representativa, 3) dá origem a uma tendência à “autorrepresentação” e, por fim, 4) como tais táticas multiplicam as conexões entre estética e política, fundadas na corporeidade e na performatividade, dando aos artistas e à cultura um espaço de atuação determinante.

Para possibilitar a discussão, primeiramente examinaremos dois exemplos contemporâneos de protestos com enfoque cultural. Após a exposição dos casos, os tópicos abordarão cada uma das questões supracitadas através da bibliografia utilizada e observação participante, dialogando com os exemplos. Por fim, a conclusão reúne as percepções finais acerca das questões, buscando compreender melhor o fenômeno em sua unidade.

1. Estudo de Caso

1.1 A lista de artistas coreanos indesejáveis

No começo de 2017, durante o processo de impeachment da presidenta Park, foi descoberto um documento que listava 9473 artistas que deveriam ser vigiados e para quem não deveria ser concedido nenhum financiamento ou suporte logístico. O enorme tamanho da lista sugere uma hostilidade a quase totalidade da comunidade artística. Segundo as instruções, os artistas deveriam ser “punidos” e “intimidados”. Os nomes na lista estavam, portanto, inelegíveis a qualquer apoio governamental, sujeitos à auditoria fiscal e impedidos de realizar exposições em eventos com patrocínio governamental. Membros da comunidade artística já suspeitavam que algum tipo de lista de censura existia. Há alguns anos, artistas renomados enfrentavam dificuldades de financiamento, como o pintor Hong Sung-dam, que não conseguiu nem ao menos uma empresa que concordasse em levar suas obras ao Festival Internacional de Arte de Berlim; as companhias passaram a sobreviver com dificuldade e a utilizar intensivamente o mecanismo de *crowdfunding* através de compartilhamento nas redes sociais. Os documentos encontrados clamavam por “uma resposta combativa aos esquerdistas nos circuitos culturais e artísticos”

Esta não é a primeira vez que algo similar acontece. Em 1968, o governo sul-coreano acusou 200 artistas, entre acadêmicos, poetas e músicos, de simpatizarem com o governo norte-coreano, sentenciando-os à prisão perpétua ou até mesmo à morte. Durante o período, artistas eram simplesmente servos do poder público, e a arte era descaradamente usada como ferramenta de propaganda governamental. Artistas como Kal Hong acreditam que naquela época nenhum país exercia uma censura tão feroz como a Coreia do Sul

Com a descoberta da lista de indesejáveis da cultura, no dia 8 de janeiro de 2017, um grupo de artistas e ativistas ergueu uma grande tenda na Praça Gwanghwamun (a mesma tomada pelos “protestos à luz de velas” em 2002, 2004, 2008 e 2014) e a chamou de teatro. Desde outubro de 2016, milhares de protestantes reuniam-se nessa mesma área todos os finais de semana para exigir a renúncia da presidenta Park Geun-hye. Os artistas nomeados na lista de indesejáveis eram coletivamente responsáveis pelo gerenciamento do teatro, que não cobrava entrada; segundo os envolvidos, a estrutura temporária simbolizava a resistência à censura da presidenta, além de “uma tentativa de restabelecer o teatro como uma instituição pública”. O teatro encenou peças,

performances, shows musicais, mímicas e outras atividades abertas a quem quisesse assistir ou atuar. No meio de janeiro, promotores prenderam a ministra da cultura Cho Yoon-sun, a primeira ministra em posse a ser presa na História

Segundo os artistas, os teatros nacionais, durante a gestão da presidenta Park, falharam em ser um espaço público capaz de promover formação e compartilhamento, onde o público é quem deve decidir o que será colocado em cartaz. Muitos diretores e presidentes de instituições culturais governamentais são diretamente nomeados pelo governo, como, por exemplo, a direção do Museu Nacional da Coreia e do Museu de Seul. O ator Lee Hae-Sung, o primeiro a se apresentar no teatro público, defende que a “Tenda Negra” (nome dado ao teatro temporário) procura resgatar a definição de “público” perdida, principalmente ao dar atenção especial às vozes marginalizadas. De acordo com o ator, a pressão tem sido sentida em toda a comunidade teatral, já que a natureza do teatro pressupõe que ele esteja na linha de frente das críticas e sátiras a quaisquer objetos, inclusive ao governo. O teatro, nesse sentido, concentrou-se em temas como prostituição, demissões em massa, encarceramento e até no famoso desastre de balsa Sewol, em 2014, quando 300 pessoas morreram, a maioria estudantes secundaristas, e que até hoje não foi propriamente esclarecido; as questões levantadas, como a ineficiência do governo em socorrer as pessoas, foram sistematicamente ignoradas pela grande mídia.

A Tenda Negra permaneceu aberta até a saída da presidenta Park e quase todos os dias atingiu a lotação máxima, apesar do inverno rigoroso e até mesmo da neve que caía durante muitas noites. Segundo seus organizadores, com a Tenda, o público e a cidade puderam vislumbrar o que o teatro pode se tornar com uma cidade mais plural em um futuro possível.

1.2 Artistas à frente de protestos em São Paulo (Maybe this is the one that should go, but then you have to erase other considerations involving SP and Seoul)

No início de 2017, o recém-eleito prefeito de São Paulo, João Dória, anunciou um congelamento de 43,5% do orçamento da pasta da Secretaria da Cultura da cidade. A medida inviabiliza projetos como o Fomento à Dança, Fomento ao Teatro, Fomento das Periferias, Fomento ao Circo, Centro de Referência da Dança de SP, SP Cine, Casas de Cultura e CEUs, Semana do Hip Hop, Casa da Capoeira, Fomento à Música e Programa

Aldeias Circuito Municipal de Cultura. O corte, portanto, atinge a todos os setores, principalmente aos de fomento, que buscam democratizar o acesso e a produção da cultura, das periferias às aldeias indígenas. É importante dizer que tal política vai na direção da política de austeridade proposta pelo governo federal, que ameaça reduzir verbas e editais.

A Frente Única da Cultura de SP – Descongela Cultura Já, composta por artistas das mais variadas linguagens e segmentos, inclusive trabalhadores e trabalhadoras de bibliotecas e monitores culturais, protestaram no mês de março em grandes avenidas e espaços públicos da capital. Durante os protestos, os artistas fizeram várias intervenções e performances, que vão desde encenar a “morte” da cultura a fecharem-se em geladeiras para simbolizar o “congelamento”, passando por apresentações musicais, cenas e leituras de textos. Um dos gritos que mais ecoou dizia: “Escuta aqui, senhor João Doria/acaso sabe vossa senhoria/ que Cultura não é mercadoria”.

Os dois casos, embora distintos, coincidem em determinados pontos. Primeiro, os dois fazem uso do espaço público urbano, as grandes praças e avenidas centrais da metrópole, como espaço de disputa e ocupação, e, concomitantemente, utilizam a internet e as redes sociais como espaço de mobilização e divulgação, seja dos atos, de protestos ou da programação cultural que compõe parte da agenda. Nos dois casos, como característico dos novos protestos, não há liderança ou mediação, os indivíduos falam por si e se autorrepresentam. Em ambos a corporeidade é essencial: disputar os espaços é ocupá-los com seus corpos e suas vozes; é pelo corpo que se cria, como defende Zumthor (1997), tempo e lugar E, por fim, os dois defendem prioritariamente que a cultura seja percebida como direito social acima da mercantilização: “cultura não é mercadoria” e deve ser consumida, apropriada e produzida por todas as esferas sociais e grupos culturais. A seguir, analisamos tais aspectos e suas especificidades isoladamente.

2. Espaço público como arena de disputa

É essencial considerar que o processo de urbanização no século XX teve seu mais impressionante desenvolvimento na segunda metade do século. Em 50 anos, a população urbana do mundo quadruplicou, entre crescimento demográfico e emigração do campo, fazendo com que metade da população mundial estivesse vivendo em cidades em 2007 (GRAHAM, 2011). Tal expansão gerou transformações drásticas no estilo e na qualidade de vida, tornados mercadoria. Como principal local onde se dá a reprodução da

força de trabalho e com um papel fundamental na absorção de capitais excedentes, é nítido que as melhorias das condições de vida urbanas são, em sua maioria, inacessíveis àqueles prejudicados pela distribuição desigual de renda.

Como consequência, as cidades, como aponta Harvey (2012), “consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância”. Ideais de cidadania e pertencimento geral afastam-se da realidade urbana, enquanto surgem nichos de mercado variados, de restaurantes às galerias de arte, consumo ou cultura; tudo parece possível, desde que se tenha dinheiro.

A transformação urbana acelerada na escala da absorção de excedente acarreta uma forma de reestruturação urbana pela “destruição criativa”, inseparável de uma dimensão de classe, pois o pobre será o primeiro a sofrer com a mudança. A renda e o capital imobiliário, por exemplo, originam um processo de deslocamento conhecido como gentrificação, comum em metrópoles de todo o globo. Em São Paulo, políticas de “revitalização” determinam quem deve ou não ocupar um espaço e de que forma deve ocupá-lo. Revitalização, por si só, implica dizer que o lugar é desprovido de vida, mas reformas de tal tipo são levadas a cabo em lugares populosos; povoados, porém, por despossuídos. O centro de São Paulo é um exemplo de como o capital imobiliário modifica o uso e as formas de ocupação da cidade. Em Seul, o processo de gentrificação encontra-se em um momento mais avançado, tornando a cidade já inacessível a grande parte da população, hoje moradora de cidades satélites. Sua história, entretanto, elucida a invisibilidade da chamada destruição criativa:

Considere-se o caso de Seul nos anos 90: as construtoras e os incorporadores contrataram quadrilhas de lutadores para invadirem vizinhanças nas ladeiras da cidade. Eles destruíam a marreta não apenas as casas, mas também todas as posses daqueles que haviam construído suas casas nos anos 50, agora área nobre. Torres elevadas, que não mostram vestígios da brutalidade que permitiu sua construção, agora cobrem muito daquelas ladeiras.
(HARVEY, 2012, PAG)

No entanto, como esclareceu Foucault, relações de poder implicam em resistência. É na grande metrópole, aponta Brenner (2004), que estão os pontos de conexão onde os jogos de poder acontecem e é neles que aparecerão os pontos de

resistência mais decisivos. Dessa forma, entende-se que o protagonismo das protestos nas metrópoles também se deve ao fato de ser no tecido urbano que as relações de poder são percebidas de maneira mais explícita. “O espaço urbano aparece como arena de conflitos políticos, mas também espaço de disputa onde as reorganizações urbanas aparecem como meio para modificar as estruturas político-econômicas e os espaços” (BRENNER, 2014: 8). O direito à cidade e à ocupação da mesma não se resumem meramente ao acesso a recursos urbanos, são o direito de mudar e moldar a nós mesmos através da mudança do espaço e de seu uso.

“O debate contemporâneo sobre “espaço público” retoma a crítica social como princípio analítico, para reafirmar a necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência de uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade. (LEITE, 2008: p.46)

Ademais, o espaço urbano é aqui percebido sob uma perspectiva cultural e como elemento fundamental da construção simbólica, conceito considerado fundamental para a compreensão da sociedade e de suas desigualdades (SILVA, 2011). Como disse Hélio Oiticica: “O museu é a rua”, ou seja, o espaço público é percebido como uma alternativa aos circuitos mercadológicos ao proporcionar o acesso direto e a interação cara-a-cara com o público, independente das instituições culturais mediadas pelo acesso e pela renda. O olhar dos cidadãos volta-se para a arte libertada de muros e recoloca a questão da democratização e do livre acesso à cultura, compreendendo-a como direito social potencialmente transformador.

Assim, concluímos que não é por acaso que as grandes praças e avenidas se tornaram palco dos grandes protestos. O espaço público, segundo Rolnik (2013), “torna-se o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações da vida urbana podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas”. Mas, se nos protestos há uma necessidade de ver e ser visto, a organização remota pode passar despercebida; assim, o próximo tópico analisa os novos arranjos que permitem o acontecimento das protestos.

Entrevista 1 – Homem de 30 anos, profissional do terceiro setor.

1) De quais tipos de protestos você participou?

R: Participei do protesto anti energia nuclear e do protesto à luz de velas. Além disso eu também organizei demonstrações em conjunto com outras organizações na Sociedade de Criação e Preservação Católica onde trabalho. Mas em geral eu participei dos protestos da Praça Gwanghwamun como cidadão.

2) Como se deram os protestos que você organizou?

R: Foi um ato ecumênico reunindo quatro religiões (Católica, Protestante, Budismo Won, e Cheondoísmo), onde membros de quatro grupos ambientalistas religiosos conclamaram, ao redor da cidade, a adoção da desnuclearização e de alternativas energéticas. Naquele momento, nós fizemos uma aula pública sobre o processo de desnuclearização para sensibilizar as pessoas sobre a política governamental de armas nucleares e usinas nuclear. Ademais, no 6º aniversário do desastre da Usina de Fukushima, juntamos 2000 cidadãos de todas os setores sociais numa marcha pela desnuclearização na Praça Gwanghwamun. Agora em março abordamos cinco temas na forma de teatro em atos que contaram com a participação de pessoas de todas as idades.

3) Diferentemente do que acontecia antigamente, a cultura de demonstrações populares na Coreia parece oferecer diferentes formas e atrações. Quais as demonstrações mais diferentes que você se recorda de participar?

R. Agora fazemos “demonstrações de holograma” e “protestos virtuais”, nos quais os manifestantes transmitiam ao vivo no SNS as suas performances culturais, gerando trocas entre os manifestantes. Observamos também que o governo tem suprimido as demonstrações mais radicais.



<https://www.facebook.com/doitdoitagain/>

Entrevista 2 - Mulher de 30 anos, participou de processos com o coletivo “STARTUP”

1) De quais tipos de protesto você participou?

R: Geralmente eu fui a vigílias à luz de velas. Mas eu já participei de mais de 10 protestos até agora.

2)

P: Há alguma demonstração particularmente memorável da qual você participou?

R: Eu me lembro de um protesto em que o governo atacou protestantes com canhões de água para diminuir o status da manifestação. Mas na verdade foi impressionante que a participação de jovens no protesto subsequente, contra a violência do governo, aumentou após o evento no Portão de Choi Soonsil

3)

P: Como foi a participação dos jovens? Como você se envolveu nis protestos?

R: Tivemos um projeto do coletivo Start-up onde trabalhamos com a “bolsinha de 5 cores” (uma espécie de algibeira tradicional). Nesse projeto o sentido é pedir presses para bençãos com a energia que conecta o universe e o homem com a bolsinha coreana tradicional feita de seda em preto, vermelho, amarelo, azul e branco, que é feita de acordo os cinco elementos do Yin-Yang. As cinco cores também representam as cores da Coreia. A bolsinha da Start-up é um “toolkit” para discussões que permite que você compartilhe o que você considera as causas do problema, a solução e as coisas que você não quer repetir no future.

Eu pessoalmente me encontrei com diversos membros para falar sobre as “coisas que nos irritam no momento” e pensar sobre o que podemos fazer. Também fizemos uma performance artística na qual arremessávamos as bolsinhas sobre a Park, que simboliza o sobrenome mais comum da Coreia e a ex-Presidente Park. Isso logo se tornou um ato de protesto que levamos para as praças. Também fizemos jogos de rua, fazendo perguntas e respostas sobre os escândalos de corrupção. Essas foram algumas maneiras e oportunidades diferentes de protestar.



http://www.huffingtonpost.kr/2015/11/14/story_n_8562662.html

3. Novas lógicas de mobilização e atuação remotas

Para que possamos discutir novas lógicas de organização dos protestos, é preciso antes definir como os mesmos são compostos. O mais comum, quando se trata de protestos políticos, é unificar os indivíduos que dela fazem parte e denominar o todo como “movimento social”. Mas o que são exatamente movimentos sociais? Devido a grande diversidade de agrupamentos e objetivos, Castells define movimentos sociais “como ações coletivas que, dependendo de seu êxito ou fracasso, transformam valores e instituições” (CASTELLS, 2001: 20). Assim, têm como premissa a organização e articulação com base em interesses e valores partilhados capazes de orientar uma atuação conjunta, que visa mudar a ordem social estabelecida ou algumas de suas características.

Nas últimas décadas, a atuação de organizações compreendidas como

“movimentos sociais” passou a ser incorporada ao aparato estatal através de arranjos institucionais, como é o caso, por exemplo, das ONGs. Embora as ONGs, atualmente, ocupem um espaço diferente dos movimentos sociais, sendo os últimos compreendidos a priori como independentes do Estado, muitos deles revestiram-se de uma estrutura e aparência institucional na tentativa de obter legitimidade junto à sociedade civil e ao Estado. De maneira indistinta, sindicatos, organizações que lutam por moradia e coletivos de ativistas negros, LGBT ou feministas são classificados como movimentos sociais. Em comum, eles partilham bases na sociedade civil e sua legitimidade frequentemente não institucional (MACHADO, 2007).

As possibilidades de atuação, no entanto, seja dentro ou fora dos movimentos sociais, transformaram-se com o advento da internet e das redes sociais *online*. Hoje, tais ferramentas tecnológicas têm o poder de potencializar a ação de um pequeno grupo de pessoas. As redes sociais tornaram-se um espaço público de extrema importância na ampliação do impacto de ideias e ações, assim como no desenvolvimento de novas estratégias de mobilização. Nos protestos, os participantes buscam maneiras de conectar o que acontece na rua com o *online*, transmitindo em tempo real, compartilhando e documentando, carregando cartazes com *hashtags* ou informações vindas da rede, de forma que as pessoas permaneçam em comunicação após o evento. Como coloca Fuentes (2015: 3), “o físico e o digital estão entrelaçados e se retroalimentam”.

Essa nova forma de organização e ocupação do ciberespaço, ao gerar ação coletiva a partir da ação de indivíduos isolados e coletivos em rede, segundo diversos autores (CASTELLS, 2003; MACHADO, 2007; YOO, 2010; SINGER, 2013; GOHN, 2016), estão menos estruturadas a partir de organizações institucionalizadas e prescindem de mediações diretas. Ao mesmo tempo em que atores políticos e econômicos se globalizam, coletivos sociais fazem o mesmo, de forma a compensar a desigual distribuição de recursos e poder.

A primeiro protesto à luz de velas em 2002 foi chamada por um grupo de internet e reuniu 10 mil pessoas. A maioria, segundo Lee (2010) não pertencia a nenhuma organização formal, mas como usuários em rede criticavam e comentavam em sites de políticos do governo, das agências nacionais de polícia e em sites de jornais ou mídia online. Um dos usuários, nas redes de conversação, sugeriu que as pessoas entrassem massivamente no site da Presidência a fim de derrubar o servidor. O governo respondeu desconectando em alguns momentos a internet de Seul, o que levou cidadãos ainda não

atuantes a participarem dos protestos.

Os instrumentos são deslocalizados e procuram conectar identidades, ideologias e objetivos em comum. Essa cultura virtual, segundo Castells (1998), constitui um espaço de articulação do simbólico e define um outro momento organizativo da sociedade, no qual identidade e solidariedade desempenham funções essenciais. Ao reunir diversas organizações e coletivos de diferentes tamanhos, assim como indivíduos de múltiplas origens culturais e sociais, associamos as grandes protestos à fragmentação de identidades, uma das características do momento contemporâneo. De acordo com Hall (2004), as identidades antes unificadas e estáveis, agora são múltiplas e temporárias.

Com as novas ferramentas, movimentos sociais tradicionais “mais ou menos institucionalizados” são incapazes de dar conta das múltiplas identidades e da variedade enorme de papéis que os indivíduos podem vir a assumir. Assim como defende Gohn (2016), definir os novos protestos como de “movimentos sociais” parece não os esgotar por completo. É claro que movimentos sociais estão presentes e são importantes articuladores, mas a totalidade dos participantes assemelha-se ao conceito de “multidão”, assim como definido por Negri e Hardt (2005). Multidões referem-se a múltiplas identidades em ação e são compostas por coletivos e ajuntamentos, que se reúnem em função de dado evento ou fato conjuntural.

Dito isso, pode-se concluir que: a) os grandes espaços públicos urbanos são a arena onde uma quantidade enorme e variada de indivíduos unidos por um interesse comum pode unir-se de maneira a diminuir a distância que a cidade desigual cria entre eles, e que b) o fato de estarem no mesmo lugar ao mesmo tempo, graças às ferramentas digitais, não uniformiza o corpo de protestos, ao contrário, ele permanece sendo momentaneamente organizado em sua multiplicidade. Mas quais os efeitos que a forma de organização descrita, ao ocupar o lugar de movimentos sociais com identidades estáveis, têm sobre a maneira como ocorrem os novos protestos e como são representados?

4. A autorrepresentação no espaço público e transbordamento no espaço virtual

A legitimidade dos partidos políticos enquanto representantes eficientes de interesses da sociedade tem sido colocada em cheque, um fenômeno mundial frequentemente intitulado de crise de representação (BAQUERO, 2001). Com as formas

alternativas de participação, o descrédito da população em relação às instituições partidárias e formais do Estado de Direito cresce. Pesquisas de opinião, como a do Datafolha (2015), demonstram um declínio da identificação partidária: os partidos não são capazes de filiar jovens e são apontados como as organizações menos confiáveis segundo os brasileiros. Após junho de 2013, os gritos de “sem partido” e “fora todos” propagaram-se por todo o país, refletindo diretamente nas eleições de 2014, em que houve a maior fragmentação partidária já vista, com a presença de 28 partidos na Câmara dos Deputados. Na Coreia, os protestos também têm sido apontados como sintoma da crise de representatividade institucional. O sistema partidário da Coreia do Sul é, como o brasileiro, caracterizado por uma fluidez extrema, que frequentemente envolve divisão de partidos, fusão e trocas de nome, além da grande fragmentação partidária ser comparável ao caso brasileiro.

Outro aspecto essencial é o papel da grande mídia na cobertura das novas protestos. Na Coreia, segundo Lee (2010) e Cho (2008), os jornais são essenciais para a formação da opinião pública. Os três maiores jornais conservadores (Cho-sun, Dong-a e Joong-ang) são propriedade de um número pequeno de famílias de elite. Em 2008, quando a importação da carne americana insuflou o debate em todas as esferas sociais e os protestos começaram, os três jornais lançaram editoriais minimizando a importância do assunto e apontando para “agentes dos bastidores”, que seriam setores de esquerda anti-EUA, supostos reais organizadores “fantasmas”. Quando a opinião pública se voltou contra as políticas estatais, os jornais mudaram o tom; criticaram a ineficiência do governo em reprimir os protestos e apontaram a ingenuidade dos novos participantes, separando os “bons” dos “maus” protestantes. Há um claro paralelo com os acontecimentos no Brasil em 2013, em que a grande mídia agiu de maneira muito similar e tornou-se, também, alvo de protestos (PERUZZO, 2013).

A questão de democratização de mídia parece atravessar os dois países, já que no Brasil também há um pequeno número de famílias de elite em controle dos grandes grupos de comunicação (LIEDTKE, 2003). A própria representação dos protestos, como veiculada pela grande mídia, tornou-se objeto de contestação. Como defende Lee (2010), os jornais raramente mostravam a repressão brutal dos protestos pela polícia, enquanto invariavelmente veiculavam nas primeiras páginas fotos de bombas ou pedras jogadas na direção dos policiais. Nos atuais protestos, com as novas ferramentas virtuais, o *live broadcasting* (postagem ao vivo) de indivíduos através de câmeras de aparelhos celulares

foi capaz de reduzir as distorções da mídia tradicional. A repressão violenta, veiculada por protestantes, contribuiu para a expansão dos protestos nos dois países. Em 2008, postagens ao vivo em Seul totalizaram 17.222, atingindo 7.7 milhões de usuários que acompanhavam online (Lee & Bae, 2008). A interconexão espaço público/espaço virtual possibilitou que as pessoas assistissem aos protestos de casa e, posteriormente, se juntassem à multidão.

Essa multidão tem uma existência dinâmica e sua reunião depende de um evento ou fato. Ela pode existir até alcançar certo objetivo (caminhar por uma avenida ou reunir-se durante 24 horas em uma grande praça, por exemplo), e então se dissolver. Castells (2001), mais uma vez, define bem esse tipo construção de identidade momentânea ao chamá-lo de “identidade de projetos”. O indivíduo, a partir de sua experiência, cria novos sujeitos sociais difusos, como o “protestante”, uma identidade efêmera e múltipla, conceito limitado a definir apenas alguém que está presente em um certo ato coletivo, sem precisar suas ideologias, filiações ou situação social fora daquele espaço. Segundo Machado, tal ação coletiva estaria baseada “na crença das liberdades das teorias liberais e na consciência individual nas quais ‘o indivíduo pode fazer a diferença’” (MACHADO, 1998:2). Autores como Gohn (2016), comparam os novos protestos aos *instant mobs*, “ações combinadas nas redes sociais para promover uma ação específica no tempo e no espaço, impactar um coletivo e se dissolver” (GOHN, 2016:3). Sem uma liderança formal como nos moldes tradicionais de luta social e descrentes da representação, tanto midiática quanto institucional-política, em meio a tão grande diversidade e fragmentação, como são construídas e retratadas as imagens dos protestos e dos próprios protestantes?

Cammaertz (2013), argumenta que os protestantes, através de tais usos de compartilhamento de dados *online*, produzem suas próprias narrativas visuais. O indivíduo esforça-se para autorrepresentar suas ações, “para produzir contranarrativas às representações da norma, para contribuir para um arquivo global de artefatos de protesto e para construir identidades coletivas através de conexão do pessoal ao político” (CAMMAERTZ, 2013:30). A onipresença das câmeras e celulares facilita a produção dos chamados “artefatos de protesto”, economicamente eficientes e visualmente atrativos, e o intenso compartilhamento produz quase instantaneamente um arquivo crescente de imagens e autorrepresentações dos protestos com alto poder de multiplicação e difusão para outras localidades, “transbordando” virtualmente (MEYER e WHITTIER, 1994).

Assim, tanto na Coreia quanto no Brasil, é fácil encontrar, por exemplo, dizeres em inglês, a fim de facilitar a compreensão das mensagens por outras comunidades linguísticas, e artefatos como pinturas e fantasias que prescindem do entendimento da língua para efetivar a comunicação de uma mensagem, o que torna claro que tal transbordamento de narrativas visuais é intencional. As autorrepresentações construídas durante os protestos utilizam determinados elementos para facilitar seu transbordamento e, assim, atingirem um maior número de pessoas: são as próprias ferramentas utilizadas na comunicação que a modificam.

5. A performance como autorrepresentação dos corpos

Segundo Fuentes:

Embora, historicamente, [haja](#) numerosos exemplos dos usos táticos de comportamento corporal no contexto dos chamados eventos de desobediência civil — por exemplo, os protestos passivos de Gandhi, Rosa Parks recusando-se a obedecer regras de segregação, e as rondas das mães dos desaparecidos na Argentina e em outros lugares — os protestos contemporâneos recorrem intensamente a elementos simbólicos e ao uso do corpo para comunicar reivindicações que vão além de fronteiras geográficas e de língua, (...) que são apropriadas tanto por movimentos progressistas quanto conservadores, local e globalmente. (FUENTES, 2015:2)

A mexicana Rossana Reguillo (2015) sugere o conceito de “ação dramatúrgica”, conceitualizado por Habermas, a fim de compreender essa conexão estético-política das autorrepresentações. Para Reguillo, o termo é utilizado para se referir a atos performativos que visam atingir fins políticos através do uso da língua e do uso do corpo. O termo performance, segundo Paul Zumthor, “refere-se de modo imediato a um acontecimento oral e gestual” (ZUMTHOR, 2007: 32), combinado, necessariamente, à ideia da presença de um corpo, que liga a performance ao espaço e tempo presente. “A performance é a ação complexa pela qual uma mensagem poética é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida”. (ZUMTHOR, 2010: 31).

Assim como no espaço virtual, em que identidade e solidariedade são

essenciais, o processo comunicacional performativo também dá origem a uma comunhão afetiva, e a participação no ato dramático instaura então uma comunidade viva entre os espectadores, fundada em uma proximidade sentida que une os corpos-sujeitos”. (LANDOWSKI, 2005, P.37) Emitir uma mensagem que irá ao espaço desterritorializado das redes de conversação virtual, com espectadores dispersos por todo o mundo, está em consonância com a concepção de Zumthor, em que performance também aparece como forma de “publicidade”. Mesmo assim, ela não é apenas um meio de comunicação, a performance modifica a comunicação através da presença concreta de participantes nela implicados de maneira imediata. Por conseguinte, “a performance modifica o conhecimento” (ZUMTHOR, 2007, P.32).

Essas configurações visuais, comportamentais e sonoras, em que estética e política se entrecruzam, estão em paralelo, devido a linguagem utilizada, com o campo das artes. Surge, até mesmo, o conceito de “ativismo”, que dá nome a atos performativos no espaço público. O conceito de performatividade (BUTLER, 2007) considera que a performance pode definir e delinear valores e crenças, e, assim, levar à construção de identidade e cultura. Em último caso, leva à construção da realidade social. A performance se apresenta, portanto, como estratégia de resistência cultural. A rua é protagonista, como arena de conflitos políticos e espaço de disputa sobre as reorganizações urbanas e usos do espaço, tornando-se alternativa aos circuitos mercadológicos. As artes, a performance e os protestos culturais autorrepresentadas, nesse entrecruzamento, são capazes de atrair a atenção e articular as demandas de indivíduos de múltiplas identidades. A questão da democratização e do livre acesso à cultura torna-se imperativa.

6. Conclusão

Após a análise dos diferentes componentes que configuram os novos protestos, no Brasil e na Coreia, é possível afirmar que há semelhança não somente entre as formas, mas também entre as mensagens transmitidas. O espaço público, sob uma perspectiva cultural, aparece como espaço de constituição e reconhecimento de direitos, reconhecendo os diferentes valores e interesses da sociedade, que, na megalópole atual, são deixados de lado em nome do lucro imobiliário e da sociedade de consumo. Quem retoma o espaço público são as próprias pessoas, que percebem nele uma alternativa aos circuitos mercadológicos, como lugar onde novas configurações da vida urbana e

concepções de direitos podem ser construídas. A praça pública, quando um teatro público é montado, deixa de ser primordialmente lugar de passagem e torna-se, acima de tudo, lugar de resistência.

Outra esfera de resistência, as redes sociais tornaram-se um espaço público de extrema importância na ampliação do impacto de ideias e ações. Além do uso do espaço virtual para mobilização inicial, observamos que há repercussão imediata e muitas vezes transmissão ao vivo pela internet: os novos protestos são um notável exemplo de vinculação entre espaço urbano e virtual. Intrínseco à interconexão espaço urbano e virtual, está a crescente conexão entre estética e política, pois é através de elementos simbólicos do uso do corpo que ultrapassam os espectadores presentes que as imagens das performances conseguirão repercutir no protesto e para além dele.

Está claro que a composição dos protestos mudou nos últimos anos: de universitários e trabalhadores, na maioria homens, agora há maior diversidade de gênero e idade, assim como de ocupação e posição política. O protesto à luz de velas, em Seul em 2008, foi inclusive iniciado por garotas secundaristas. Eles mudaram a imagem dos protestos tradicionais, pois já não há mais forma ou ordem definida, e sim o oposto, atividades dispersas e imprevisíveis; “em um lugar, uma banda tocava hip-hop, em outro, havia uma discussão sobre problemas sociais” (Kim, 2009:140). No Brasil, a partir de 2013, é notável também a mudança na composição dos protestos, uma vez que antes eram os movimentos sociais organizados responsáveis por convocar as pessoas e tomar as decisões pertinentes e agora a multiplicidade de identidades presentes faz necessário o uso do termo multidão.

Em São Paulo e Seul, o dinamismo dos protestos advém de sua existência múltipla e imprevisível. A multiplicidade de identidades e autorrepresentações nos protestos de multidão resulta em uma profusão de dizeres e pautas, como observa Singer (2013:1), com “quase um cartaz por protestantes”, e de maneira semelhante, Rolnik (2013:2), “uma disputa nos cartazes empunhados pelo conjunto heterogêneo”. Se alguns protestantes entram em confronto com a polícia, outros serão contrários; os cartazes em punho podem ser contraditórios, nada impede que a divergência e o desacordo apareçam, pois não há uma redução possível que unifique o todo. Como descreve Cho (2008), essa nova forma espacial fragmentada e distinta reforça uma concepção de multidão de sujeitos livres fazendo uso aberto do espaço.

No Brasil e na Coreia, principalmente através da grande mídia, essa forma

múltipla e fragmentada de identidades e opiniões foi utilizada a fim de deslegitimar alguns comportamentos e conferir legitimidade apenas a certas formas de atuação. Yoo (2010) acredita que o governo e os jornais conservadores utilizaram uma lógica de “puro” e “impuro”/“contaminado” para controlar o objetivo dos protestos à luz de velas. Tal critério distinguia os “bons” protestantes dos “maus” protestantes, e a própria imagem que se construiu dos protestos na mídia – ilustrada por um desenho de uma menina com rosto obstinado e inocente segurando uma vela, lutando por uma “sociedade mais justa” sem precisar pautas específicas – esvaziou e limitou o caráter dos protestos. No Brasil, a separação deu-se através dos protestantes “pacíficos” e dos “vândalos”; a imagem de protestantes pacíficos trouxe de maneira clara elementos patrióticos e nacionalistas, como o uso da camiseta do time de futebol do Brasil e o hino brasileiro que soava incansavelmente.

Os novos protestos, portanto, inauguram um ciclo de lutas sociais com novos significados e agentes, que, através de mecanismos também contemporâneos, constroem novas lógicas de ação coletiva e uso do espaço público. É na grande metrópole que aparecem os pontos de resistência mais decisivos, resta apenas descobrir se os novos mecanismos encontrarão formas de produzir contranarrativas capazes de resistir às tentativas de redução e deslegitimação, e, concomitantemente, capazes de engendrar formas de autorrepresentação com eficácia a longo prazo. A multidão pode ser capaz de derrubar presidentes, o que não sabemos ainda é se tal organização é capaz também de permanecer representando-se após produzir resultados imediatos ou, se ao contrário, ela está fadada a dissolver-se em fragmentos invisíveis.

7. Levantamento bibliográfico

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em Perspectiva, 15(4), p.98-104, 2001.

BARJA, Wagner. Intervenção/terinvenção: a arte de inventar e intervir diretamente sobre o urbano, suas categorias e o impacto no cotidiano. *Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)*, v.1 n.1, p.213-218, jul./dez. 2008.

BENFORD, R. D. e HUNT, S. A. "Dramaturgy and social movements: the social construction and communication of power". *Sociological Inquiry*, vol. 62, nº 1, p. 38, 1992.

BRENNER, N. Teses sobre urbanização. @metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, ano 5, dezembro 2014.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitutions: an essay in phenomenology and feminist theory. In: BIAL, H. *The Performance Studies Reader*. London: Routledge, 2004.

CASTELLS, Manuel. *Galaxia da Internet*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003. _____. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. II: *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CAMMAERTS, Bart. *Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação*. São Paulo. 2013.

CHO, J. H. 2008 Candlelight uprising: a new kind of revolution that a multitude creates. *The Fourth Marx Commune: two perspectives for seeing the candlelight demonstration*, 2008.

CHOI, J. J. The task of Korean democracy that the candle raises. The urgent great debate of political situation: candlelight demonstration and Korean democracy, 2008

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977

FRÚGOLI Junior, Heitor. Espaços públicos e interação social. MARCO ZERO EDITORA: São Paulo, 1995.

FUENTES, Marcela. Performance, política e protesto. Heme Press, 2015.

GARCIA, Wilton. Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.

GOFFMAN, E. The Presentation of Self in Everyday Life. N. York: Doubleday Anchor, 1959.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena, 2013.

GRAHAM, S. Cities Under Siege: The New Military Urbanism. London/New York: Verso Books, 2011.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HONG, S. T. Candlelight demonstration and democracy. In S. T. Hong (Ed.), Candlelight demonstration and Korean society. Seoul: Culture and Science, p.17 e 55, 2009.

HUR, Min. Blacklist and Politics of Signature, 2017

KIM, C. K., Kim, S. Y., & Lee, C. (2009). Candlelit demonstration and the social characteristics of the teenager participants. In S. T. Hong (Ed.), Candlelit demonstration and Korean society (pp. 129e163). Seoul: Culture and Science.

LANDOWSKI, Eric. Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa. São Paulo: Edições CPS, 2005.

LEE, S. G. Why Did You Extinguish Your Candles?, ed. Dangdae pip'yong (Seoul: Sanchaekja, p.110, 2009

LEE, S. O. & Kim S. J. & JOEL, Wainwright: Mad cow militancy: Neoliberal hegemony and social resistance in South Korea, 2010.

LEE, C. H., & Bae, A. J. An analysis of various types of social movement

through the new media: focusing on the 2008 candle rally. *Journal of Communication & Information*, 44-75, 2008

LEFEVBRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos da Universidade de Coimbra, 2008.

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. Em *Tese*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 39-69, jan. 2003

MACHADO, Jorge Alberto S. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez, p. 248-285, 2007.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, (18), p.248-285, 2007.

MEYER, D. S., & WHITTIER, N. Social movement spillover. *Social problems*, 41(2), 277-298, 1994.

MICHAEL Hardt e ANTONIO Negri. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*, New York: Penguin, 2004.

NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. São Paulo, Novos estudos: CEBRAP, 1995.

PERUZZO, Cicilia M. "Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que" o gigante acordou"(?)." MATRIZES 7.2 (2013).

REGUILLO, Rossana. "La performatividad de las culturas juveniles." Estudios de juventud 64.04, 49-56, 2004.

ROLNIK, Raquel. Cidades rebeldes Apresentação As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. São Paulo, Boitempo. 2013.

SHIBAKI, Viviane Veiga. Avenida Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo, USP, 2007.

SINGER, André. classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos - CEBRAP, (97), p.23-40, Brasil, 2013.

SILVA, Fabiana Félix do Amaral. Novas Subjetividades Subalternas na cidade: cultura, comunicação e espacialidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

SMELSER, N. Theory of Collective Behavior. London: Routledge & Kegan, 1962.

TELLES, Vera S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Editora Argymmentvm, 2010.

TURNER, Victor. The Anthropology of Performance. NY:PAJ, p.72-98, 1987.

YOO, Hyejong. The Candlelight Girls' Playground: Nationalism as Art of Dialog. Manchester: Invisible Culture, 2010.

ZUMTHOR, Paul. A Performance. In: Introdução à poesia oral. SP: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura: Paul Zumthor. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

SITES :

South Korea's Blacklist of Artists Adds to Outrage Over Presidential Scandal. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/01/12/world/asia/south-korea-president-park-blacklist-artists.html?_r=0> Acesso em 12 de Janeiro de 2017.

Rebuilding The Public Theatre: The Black Tent Project in GWANGHWAMUN SQUARE. Disponível em <<https://thetheatretimes.com/rebuilding-public-theatre-black-tent-project-gwanghwamun-square/>> Acesso em 12 de Fevereiro de 2017.

Ativistas usam geladeiras para pedir descongelamento de verba da Cultura. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/03/1870265-ativistas-usam-geladeiras-para-pedir-descongelamento-de-verba-da-cultura.shtml>

Pesquisa de Opinião Datafolha 2015. Disponível em

<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/07/Apresenta%C3%A7%C3%A3o1-ref-e-conf.pdf>